

**CEDI**

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: jornal de Brasília

Class.: Terra / Demarcação

Data: 11 de abril de 1993

Pg.: 61000237

### Índios terão só 10% de terras demarcadas

**ZENAIDE AZEREDO**

Mesmo com o artigo 67. das Disposições Transitórias, a Funai só vai poder identificar, demarcar e regularizar 10% do total de áreas indígenas previstas na Constituição. O Congresso que estabeleceu como meta, na Carta de 1988, a demarcação de toda área indígena até outubro que vem, cortou este ano 90% do orçamento destinado à Funai.

Conforme levantamento feito pela Diretoria de Assuntos Fundiários da Funai, seriam necessários recursos da ordem de Cr\$ 110 bilhões 879 milhões (a preços de abril de 1992) para identificar e delimitar 102 áreas indígenas; demarcar e aviventar 237 e fazer a regularização fundiária de outras 151 áreas. Mas o corte no orçamento eliminou qualquer chance de se atingir a própria meta constitucional, porque a Funai dispõe só de Cr\$ 10 bilhões 930 milhões para a demarcação e regularização de 490 terras indígenas.

**Revistos** — Com essa decisão e a certeza de que a meta constitucional não será cumprida, a diretora de assuntos fundiários, Isa Maria Pacheco Rogedo, informou que os critérios de demarcação de áreas indígenas, já elaborados pela Funai, terão de ser revistos. Assim, ao invés de partir para a demarcação e regularização de grandes territórios, como o Vale do Javari, no sul do Amazonas, onde se concentram índios Carubo, Canamari, Mayoruma, Matis e vários outras tribos isoladas, a política de demarcação terá de fixar-se em áreas reduzidas.

Com essa tática evita-se que os recursos sejam disseminados por grandes áreas como aconteceu em 1992 com a decisão da Funai de demarcar os 9,4 milhões de hectares do território Yanomami, em Roraima. Para a demarcação dessa polêmica área foram gastos Cr\$ 5,9 bilhões, restando 800 milhões para a regularização das demais áreas.

A Diretoria de Assuntos Fundiários já havia escalonado algumas prioridades em função dos conflitos com posseiros e madeireiros em áreas indígenas, como em Cricati, de índios Cricati, no Maranhão; Raposa Serra do Sol, de índios Wapixana, Macuxi e Taulipangue, no norte de Roraima e Alto do Rio Negro (tucanos e várias etnias), no Amazonas.

**Ajuda** — Dentro desse quadro nada promissor, a Funai deve pedir ajuda financeira para a Igreja e entidades estrangeiras.

Apesar da contenção orçamentária no setor, a Funai vangloria-se de ter conseguido, durante a gestão de Sidney Possuelo, identificar, demarcar e homologar nada menos que 183 áreas indígenas. Outros 21 territórios encontram-se em processo de demarcação e delimitação. Segundo a Diretoria de Assuntos Fundiários nesses três anos conseguiu-se muito mais em termos de regularização da situação das terras indígenas que durante toda a existência da Funai. Das 510 áreas indígenas existentes no Brasil (10,53% do território nacional), 199 teriam sido homologadas desde a criação do serviço de Proteção ao Índio, na década de 40.